

O TRABALHO NO CONTESTADO: DA RACIONALIDADE CABOCLA À LÓGICA CAPITALISTA DA *LUMBER*¹

Working At Contestado: from the “cabocla” rationality to the capitalist logic of lumber

Diane Daniela Gemelli²

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

O trabalho é condição ontológica de existência e sociabilidade do ser, portanto, trabalho concreto, de modo que sua transmutação em trabalho abstrato, desefetivado, desrealizado, degradado e precarizado é uma condição assumida sob o modo produção capitalista, por meio da necessidade de acumulação via extração da mais-valia. Nessa perspectiva, objetivamos analisar como o processo de trabalho foi se ressignificando no Contestado. Para tanto, abordamos os sentidos e significados do trabalho para caboclos e caboclas e a racionalidade capitalista imposta com a chegada da *Lumber*. Metodologicamente nos amparamos em levantamento bibliográfico sobre a temática do trabalho no Contestado, buscando construir um referencial teórico que alicerce a compreensão em torno do processo de transformação do trabalho, ou seja, do trabalho concreto enquanto condição de existência social ao trabalho abstrato implantado pela racionalidade capitalista da *Lumber*.

Palavras-chave: Trabalho Concreto; Trabalho Abstrato; Contestado.

Abstract

Working is an ontological condition of existence and sociability of the human being, therefore, concrete work, where its transmutation in abstract working, ineffective, unrealized, degraded and precarious is an assumed condition under the capitalist productive way, through the necessity of capital acumulation via added value extraction. According to this perspective, it's aimed to analyse how the working process was being redetermined in the Contestado. Therefore, it is mentioned the senses and working meanings for the “caboclos” and “caboclas” in contraposition to the capitalist rationality imposed by the Lumber's arrival. Methodologically we are supported by the bibliographical searching about the topic of working in the Contestado, trying to build a theoretical search that supports the understanding around the working transformation process, that is, from concrete working as a condition of social existence to the abstract working implemented by the capitalist rationality of Lumber.

Key-words: Concrete working; Abstract Working; Contestado.

INTRODUÇÃO

O Contestado engloba uma grande mancha territorial que vai do sul/sudeste paranaense ao planalto, região serrana e oeste catarinense. Trata-se de um território secular que tem na Guerra do Contestado (1912-1916) o elemento mais importante de formação espacial, “a Guerra

do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa” (FRAGA, 2006, p.64).

À época da deflagração da guerra, o Contestado era caracterizado pela existência da população cabocla, homens e mulheres que viviam do trabalho nos ervais, no roçado de milho e em combinação com aquilo que a Floresta de Araucárias proporcionava. População que vê seu modo de vida ser desagregado com a chegada do capital imperialista, expresso na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande pela *Brazil Railway Company* e pelas ações da empresa subsidiária, *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que receberá a concessão para exploração das terras (sobretudo a madeira) marginais aos trilhos da ferrovia que eram ocupadas por caboclos e caboclas que não detinham o título de propriedade das terras.

Levando em consideração os elementos que conformam o território Contestado com a expulsão da população cabocla de suas terras e a conseqüente territorialização do capital madeireiro, construímos uma proposta de leitura do Contestado por meio da natureza e do trabalho, mercadificados e degradados, enquanto unidade dialética. Isso quer dizer, que não compreendemos natureza x trabalho como contraposição, mas, natureza-trabalho, enquanto totalidade.

Nesse contexto, esse artigo busca compreender o processo de transformação do trabalho no Contestado, enquanto fenômeno derivado expansão geográfica do capital, que em sua complexidade, levou a implantação de um projeto de desenvolvimento hegemônico que resultou na Guerra do Contestado (1912-1916).

A análise se sustenta no entendimento de que os fenômenos se expressam dialeticamente. O Contestado vai se conformando, configurando e desenhando, num devir temporal e espacial através das contradições entre lógicas e racionalidades econômicas, concepções trabalho, capital e modo de vida.

O processo de trabalho: do trabalho concreto ao trabalho abstrato

“Temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada” (MARX, 2014, p. 211). O trabalho é condição ontológica da sociabilidade do ser, de modo que, independe da forma/sistema econômico social de regulação da produção, da sociedade e da arrumação espacial, o trabalho é elemento central à existência humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos

recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2014, p. 211).

“O trabalho mostra-se, então, como momento fundante de realização do ser social, condição para a sua existência; é, por isso, ponto de partida para a humanização social” (ANTUNES, 2005, p. 68). O trabalho é, portanto, condição de humanização do homem, por meio de sua relação intrínseca com a natureza, de modo que, homem e natureza não se identificam enquanto instâncias clivadas. Da mesma forma, não se fragmenta o processo de trabalho. A cabeça não se separa das mãos, braços e pernas, isto é, trabalho intelectual não se distancia do trabalho manual, premissa que garante o trabalho enquanto um processo pertencente exclusivamente ao ser humano.

O trabalho, longe do modelo civilizatório do capital, é, portanto, um processo, que humaniza, realiza e efetiva o ser social. Vinculado à produção de valores de uso, garante sentido e existência ao trabalhador, sendo “a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta, garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada para o ser social que trabalha”. (THOMAZ JUNIOR, 2005, p. 46).

Para Marx (2014) o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável a existência do homem, sendo, condição necessária para manter a vida humana. De tal modo, o produto do trabalho não é mercadoria, mas “[...] um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma” (MARX, 2014, p. 214).

Entretanto, é necessário esclarecer duas formas do processo de trabalho, quais sejam, o trabalho concreto, produtor de valores de uso e fonte de realização do ser social e o trabalho abstrato, produtor de valores de troca, que desefetiva o ser social ao torná-lo alienado dos meios de produção, transfigurando sua força de trabalho em mercadoria e estranhando-o do processo de produção, ou seja, separado da natureza, dos meios de produção e instaurando a divisão hierárquica, técnica e territorial do trabalho.

O trabalho abstrato equivale a forma e ao objetivo do processo de trabalho sob o modelo civilizatório do capital, fundamento, portanto, da racionalidade que sustenta o sistema sociometabólico do capital. Trata-se, do processo de trabalho encimado na “realização e reprodução do capital pela via da *coisificação* do homem, ou pior, tudo tende a ser reduzido à condição de mercadoria, a valor de troca”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 119).

Todavia, não significa que na sociedade capitalista o valor de uso tenha sido completamente suplantado, pelo contrário, continua a existir e tem um papel importante, porém, não enquanto satisfação das necessidades humanas. Como pondera Marx (2014, p. 220) “o

produto, da propriedade do capitalista, é um valor de uso. Contudo, o capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso, de modo que os produz, por serem detentores de valor de troca”.

Em síntese, o trabalho não perde sua essência, sua condição humana criadora de valores de uso, mas apenas se (des)realiza, na realização do capital. O que ocorre é, nada mais do que uma inversão de sentido, para garantir a reprodução e valorização do capital. Isto é, o trabalho subsumido à produção de valor é essencial para o capitalismo, mas não necessariamente para a humanidade. É por isso que as formas de realização desse trabalho são, em essência, destrutivas. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 86).

Tudo tende a ser mercadificado e regulado pelo valor de troca. O traço marcante do sistema do capital é a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, no interesse da auto-realização ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2002), daí a necessária separação trabalhador x meios de produção. A terra, de “meio universal de trabalho” (MARX, 2014), se torna escassa, ao ser apropriada. Ao ser mercadificada é negada ao trabalhador. Ao lhe restar somente a força de trabalho, e ao deparar-se com a condição, de que tudo que necessita também é mercadoria, precisa vendê-la ao capitalista para garantir sua existência.

O trabalho concreto enquanto condição ontológica de existência: o modo de vida caboclo

A população cabocla, que se estabeleceu no Contestado ao longo do século XVIII, era composta “por diversas famílias, muitas compostas por antigos peões, agregados, ex-escravos, negros libertos ou fugitivos, que abandonaram as antigas fazendas de criação ondem viviam, tonando-se independentes” (BRANDT, 2007, p. 01), “com forte presença negra e indígena, mesclada a alguns grupos familiares de origem paulista e rio-grandense [...] na virada do século XIX para o século XX, cresce a presença de imigrantes europeus: alemães, poloneses e ucranianos” (MACHADO, 2004, p. 336), conforme o autor, a presença dessa diversidade de povos, inclusive imigrantes, fez com que estes adotassem o modo de vida da população local, “acaboclando-se” (MACHADO, 2004).

Essa população, se fixou em áreas com predomínio de grandes florestas de araucárias, com algumas manchas de campos naturais. Assim, formaram-se pequenas e médias posses de terra, em áreas, que a princípio, não despertavam o interesse de fazendeiros/coronéis, que estavam mais empenhados em se apropriar de extensos campos naturais, mais propícios à criação de gado (BRANDT, 2007).

Em vista disso, a roça cabocla, em nossa análise, é o fundamento do modo de vida caboclo, pois envolve uma série de outros elementos como; os significados da terra e do trabalho, o abastecimento de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização, a criação e a base

alimentar de/para os animais, a sociabilidade e os laços comunitários (durante e/ou após o trabalho) etc., entretanto não se configura, enquanto única forma de existência cabocla. Trata-se de uma combinação de elementos, como argumenta Tomporoski (2013), que perpassa pela agricultura, criação de animais e a utilização racional das matas, Machado (2004), ainda aponta a devoção a São João Maria como característica do modo de vida caboclo.

Sobre a religiosidade³, sobretudo, a crença nos ensinamentos do Monge João Maria, a partir de um catolicismo não oficial, Tomporoski (2013), aborda, que mesmo a devoção pelo Monge tendo se espalhado nos diferentes setores sociais, sua atuação tinha um importante caráter de classe, além de uma forte noção de respeito e harmonia para com a natureza e com o outro, valores conflitivos e distantes, daqueles empregados pela racionalidade capitalista ao se expandir na região.

Contudo, a religiosidade, a forma de uso da terra e da floresta, as práticas agrícolas em torno da roça cabocla, o comércio local ou com tropeiros e a racionalidade do trabalho, definiam/eram características marcantes do mundo caboclo e do modo de vida dos moradores do Contestado.

Após realizar o apossamento da terra, ali construía seu rancho com as próprias mãos e com a madeira de seu terreno. Nos fundos constituía uma pequena roça cabocla, com variadas culturas, o que lhe assegurava certa porção de alimento durante praticamente todo o ano, juntamente com algumas espécies de árvores frutíferas que suplementavam sua alimentação. Criava alguns pequenos animais – galinhas e porcos – ao menos uma vaca para tirar o leite e mais algum cachorro de estimação para ajudar na caçada e na lida com os animais. Mantinha uma arma, se possível um rifle *winchester*, para a caça abundante, a proteção de sua posse, de sua honra e de sua vida. (TOMPOROSKI, 2013, p. 61).

A importância dos elementos do mundo caboclo, trazidos pelo autor, indicam a existência de uma racionalidade econômica-cultural-ambiental, atravessada pela vinculação intrínseca com a natureza e com o trabalho.

Entretanto, a roça cabocla se constitui em elemento importante para compreender, no Contestado, o uso da terra de posse e os significados do trabalho, enquanto valor de uso e condição de existência e como diz Mészáros (2007), mediação necessária entre homem e natureza.

Para Queiroz (1966), a roça cabocla estabeleceu-se, substituindo o aproveitamento do mate, já em declínio. Em lugares em que a atividade extrativa era importante, tornou-se complemento quase obrigatório, além de aparecer nas trilhas abertas no rumo da *caíva*⁴.

Sobre a roça cabocla, se caracterizar enquanto um elemento de negação à degradação do trabalho, Avé-Lallemant (1953 *apud* Vinhas de Queiroz 1966, p. 28), diz, “eram homens que não

queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades e por isto enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos, dentro da floresta”. Apesar da vida simples e sem a disponibilidade de muitos recursos, é possível ver a riqueza do modo de vida caboclo, expressa na dinâmica da roça, não faltavam alimentos e saberes para superar as adversidades existentes.

Em parte alguma da área, devido ao rigor do clima, se plantava mandioca, arroz ou banana. [...] O milho é aqui o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia. Semeia-se em outubro, com o auxílio de *chuços* que só se distinguem dos paus-de-cavar usados pelos índios por serem providos de uma ponta de ferro. Em terrenos virgens ou muito férteis, o feijão é plantado junto ao milho. A partir de janeiro, pode-se colher o feijão preto grande, mas somente em março é que se tem o feijão verdadeiro. A colheita do milho principia em maio, embora só a façam tão cedo aqueles que tem pressa. Deixadas na roça as espigas até apanhar a geada, depois não ficam sujeitas a *gorgulho*. Além disto, nem toda gente dispões de paiol bastante. Vai-se tirando do pé à medida das necessidades. (QUEIROZ, 1966, p. 28-29).

Queiroz (1966), ao tratar do preparo da roça cabocla refere-se ao *pixuru*, ou *puxirão*⁵, elemento que se configura definidor do trabalho enquanto valor de uso.

Os trabalhos da roçada costumam-se fazer por volta de junho, - o que tem o inconveniente de coincidir com a época mais própria para o corte do mate, porém é o tempo melhor para abater a floresta. Se se trata de uma tarefa abrumadora para um homem só, acontece ao sertanejo de Serra-Acima recorrer, como noutras partes do Brasil, ao trabalho amigo e voluntário dos vizinhos. O auxílio aqui se denomina *pixuru*: vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias, deitam abaixo num só dia, alegremente, coisa como dois alqueires de mata. Deixam de pé as árvores maiores, depois, só no mês de agosto é que se toca fogo em tudo. Setembro se trabalha na enxada, e o chão fica disposto para a sementeira próxima. (QUEIROZ, 1966, p. 30-31).

Percebe-se que a solidariedade e cooperação são elementos pertencentes ao mundo caboclo, que orientavam o trabalho como condição concreta de efetivação e realização do ser social. O processo de trabalho não era considerado um fardo, longe dos significados do trabalho, enquanto relação mercadológica, cujo objetivo é a constataste acumulação e reprodução capitalista, o ato de trabalhar, para os caboclos, era um momento de ajuda, de risadas e cantorias, “o qual expressava o imbricamento entre trabalho, diversão e religiosidade, o qual muito mais do que uma reunião de trabalho, era o elemento fundamental de um ambiente complexo, racional e demarcado pela solidariedade e pelo igualitarismo” (TOMPOROSKI, 2013, p. 67-68). “O *Pixirum* era um momento de celebração daquele modo de vida, no qual trabalho e diversão

andavam de mãos dadas e cuja motivação não dependia apenas da necessidade, mas também da solidariedade” (TOMPOROSKI, 2013, p. 75)

O *pixurum* era uma reunião de trabalho, caracterizado pela ajuda mútua. Teci importantes relações de sociabilidade e confiança, até porque o trabalho não era regido por uma prática mercadológica, os convocados para o trabalho não recebiam valor monetário, mas quando fosse preciso convocar o *pixurum* para trabalhar em seu benefício, era prontamente atendido por essa relação de troca de dias de serviço, tratava-se de um compromisso moral. A alimentação durante o dia de trabalho, era dever intrínseco ao caboclo que convocava o *pixurum*, e, via de regra, era atividade da companheira/esposa que preparava o almoço, enquanto os homens trabalhavam na roça. O consumo de cachaça, também fazia parte do trabalho, era comum o preparo de caipiras ou a ingestão da bebida pura, entre uma e outra etapa do dia do trabalho. No final do dia, o *pixurum* era encerrado com uma comemoração, um baile caboclo ou o baile do *pixurum*, com música, comida e bebida, que iniciava logo após o término do trabalho e se estendia madrugada adentro ou mesmo até o dia clarear. Dado o caráter de solidariedade e coletividade do trabalho, quando se observava que um vizinho estava precisando de ajuda para preparar a roça, porém não convocava o trabalho coletivo, por não ter condições de servir a alimentação ou a festa de encerramento, a vizinhança se organizava sem a convocação prévia, se disponibilizam para o trabalhar e ofereciam a alimentação (TOMPOROSKI, 2013).

Outra prática comum, que caracterizava o modo de vida caboclo, era o uso comum das terras, por meio do Faxinal. Nesse sistema, Tomporoski (2013), enfatiza que, também era frequente a prática do auxílio mútuo, sobretudo, para o trabalho de fazer as cercas, que separavam as terras de criar, onde os animais ficavam soltos, das terras de plantar, área destinada a lavoura. Por meio de entrevistas, o autor aponta em sua tese, que esse sistema foi desagregando “com a chegada de empresas que passaram a explorar as matas da região e realizar o plantio de pinus e eucalipto” (p. 77). Por meio de fontes orais, Tomporoski (2013), assinala que, com a chegada das empresas, a lógica foi sendo modificada, quando da criação dos animais em comum, a cerca era *enchida* de fios, para não permitir a passagem dos animais, já as empresas, utilizavam apenas quatro fios, permitindo a passagem dos animais. Segundo o entrevistado, as empresas não queriam criar, mas plantar. Também não queriam a criação (animais) das pessoas e isso foi modificando o sistema de criação à solta e em terras de uso comum.

Para Brandt (2007), o acesso e uso da terra comum e de posse, sofre importante desagregação com o avanço, nas primeiras décadas do século XX, de novas relações socioeconômicas, caracterizadas pela apropriação privada das terras, o cercamento, a colonização e a exploração madeireira. O autor, chama atenção, para a mudança no regime de acesso à terra,

que passou do “apalavramento”, acordo oral entre os moradores, ao registro no “papel”, a apropriação passa a ser escriturada, de modo que “ a terra que parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica” (BRANDT, 2007, p. 07).

O trabalho abstrato enquanto fonte de acumulação capitalista: a chegada da *Lumber*

A desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo pela expropriação das terras de posse e de uso comum, seguida pela opção política por imigrantes europeus e a apropriação mercadológica da floresta “gradualmente desarticulou as práticas espaciais dessa população, firmada pelo sentimento de pertencimento ao lugar, expressa em sua sociabilidade e o uso da terra e de seus recursos” (BRANDT; CAMPOS, 2014, p. 205)

Para entender os significados e desdobramentos aos trabalhadores, da racionalidade capitalista do trabalho praticada, sobretudo, pela *Lumber* em Três Barras, são valiosas as contribuições de Tomporoski (2006; 2013), através das análises realizadas em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006 e na tese de doutorado, finalizada em 2013. O autor, valeu-se, como fonte primordial em seus trabalhos, de processos trabalhistas movidos na justiça em decorrência de acidentes de trabalho ocorridos na empresa.

A análise dos processos trabalhistas, permitiu o conhecimento da lógica e dinâmica do trabalho, em suas diferentes frentes, na mata⁶ (retirada da madeira e no processo designado de avançamento dos trilhos⁷), no beneficiamento da madeira, no empilhamento à espera do transporte e na fábrica de caixas anexa ao engenho de serrar (TOMPOROSKI, 2013).

Alexandre Assis Tomporoski entrevistou ex-trabalhadores da *Lumber*, homens quase centenários, que enriqueceram o entendimento quanto ao trabalho na empresa, ao revelarem importantes elementos do dia a dia na mata e/ou na fábrica.

Os ramais permitiam que os trens, os trabalhadores e principalmente o guincho, chegassem até o ponto de retirada das toras, atividade essa que era realizada ininterruptamente, independente do clima, com “chuva, vento, geada”. Quem era carregador de toras, ou seja, quem trabalhava diretamente na derrubada e arrasto das toras do interior da floresta até as margens dos ramais ferroviários, não tinha folga, pois “trabalhavam direto, domingo e tudo. Mesmo quando um trabalhador perdia a vida em consequência de um acidente, seu corpo não era imediatamente conduzido até a sede da empresa, “eles colocavam o morto em cima das tora e trazia quando o trabalho terminava, no final do dia”. (TOMPOROSKI, 2013, p. 107)

Para o autor, e de acordo com os processos trabalhistas analisados, era frequente o registro de acidentes e mortes de trabalhadores em todas as frentes de trabalho, contudo, era contumaz as ocorrências na mata, seja na derrubada das árvores ou no arrastar das toras até os

trilhos para o transporte. “O arrasto das toras resultava na destruição de toda a mata que estivesse em seu caminho e, muitas vezes, galhos e pedaços de árvores atingiam as turmas de trabalhadores, mutilando ou ocasionando o óbito” (TOMPOROSKI, 2013, p. 109).

O procedimento adotado após a ocorrência de algum acidente de trabalho era padrão, o trabalhador acidentado, era levado pelos companheiros de trabalho até o hospital da companhia, quando então se comunicava o acontecido ao responsável pela resolução dos acidentes de trabalho, este era o primeiro a ouvir os trabalhadores, “e a construir uma versão para o acidente, a qual era composta tanto por fatos relatados a ele pelas testemunhas como pelos interesses imediatos da empresa” (TOMPOROSKI, 2006, p. 110).

Na sequência, comunicava-se a ocorrência do acidente de trabalho, ao subdelegado de polícia do distrito de Três Barras, por meio do preenchimento de um formulário padrão, no qual constava a versão da empresa, no que diz respeito às causas do acidente, bem como, a indicação das testemunhas, condição que levava, muitas vezes à versões articuladas entre testemunhas e os interesses da empresa. Nesse sentido, era comum culpabilizar o trabalhador pelo acidente de trabalho, nos processos analisados é recorrente o uso de expressões como; descuido, distração, pressa, precipitação e infelicidade, para atribuir às causas do acidente a negligência dos trabalhadores (TOMPOROSKI, 2006).

A atribuição da responsabilidade/culpa pelo acidente ao trabalhador, tratava-se de um mecanismo, para a empresa não arcar com os encargos quanto a indenização devida. Nesse contexto, outra estratégia comumente utilizada, sobretudo, em casos de danos irreversíveis, como a limitação de movimentos ou perda de membros (dedos, mãos e pernas), condição que impossibilitava o trabalhador de retornar as atividades laborais, era a referência à negligência dos trabalhadores no processo de tratamento e recuperação, ao apontar que os mesmos, não seguiram as recomendações médicas, ou ainda, que teriam procurado outros profissionais de saúde, ou melhor, curandeiros e charlatões (TOMPOROSKI, 2006; 2013)

É evidente a tentativa do patrão em estabelecer o acidente do operário como algo no limiar da má fé e da falta de competência, travestindo a vítima em culpado, alguém que pela sua falta de aplicação estaria atrapalhando o processo produtivo da companhia e, de acordo com as suas sutis declarações, utilizando-se de má fé para tirar proveito da boa vontade da *Lumber*. (TOMPOROSKI, 2006, p. 125).

Outro elemento da atuação na *Lumber*, em Três Barras, fora a existência de uma Vila Operária, que além das moradias dos trabalhadores, contava com alguns serviços (hospital, farmácia, cinema e armazém), que na prática, tinham por finalidade “impor aos seus moradores um ajustamento moral, psicológico e físico” (TOMPOROSKI, 2013, p. 170).

Ao analisar as relações de trabalho na *Lumber*, Tomporoski (2006) identificou que por meio de uma eficaz imagem paternalista para com os trabalhadores, a empresa objetivava impor um processo de disciplinarização, que na prática, possibilitava a elevação da exploração da força de trabalho.

Tomporoski (2006) apresenta alguns elementos da relação paternal, envolvendo os trabalhadores da *Lumber*, trata-se: *a) do incentivo ao futebol*, o autor aponta que o objetivo visava a redução de conflitos e tensões no ambiente de trabalho, bem como, a construção de um sentimento de pertencimento do operário para com a empresa. A fundação de um clube de futebol e a realização de competições patrocinadas pela *Lumber* visavam a criação de um sentimento de pertencimento e identificação dos moradores e trabalhadores, com a empresa em Três Barras. O autor, ainda verificou, que na ocorrência de campeonatos de futebol, eram oferecidas taças aos vencedores, que eram nomeadas utilizando-se de nomes de funcionários do alto escalão da *Lumber*, caso de, Emílio Tinel, encarregado de acidentes de trabalho da empresa; *b) a comemoração de 04 de julho*, a respeito dos festejos em torno da independência dos EUA, o autor enfatiza que com o intuito de tecer laços de solidariedade e lealdade com os trabalhadores e amenizar os conflitos de classe, instituiu-se tal data como dia de festa. Os trabalhadores eram liberados do trabalho, no entanto, deveriam, com suas famílias participar dos festejos. Há registros que os documentos dos trabalhadores eram apreendidos e devolvidos somente no final do dia, trata-se de um mecanismo que obrigava a participação nas atividades programadas pela *Lumber* naquele dia; *c) A Farmácia, o Hospital e o Armazém*, a farmácia e o hospital foram estruturas construídas, sobretudo para atender os funcionários e diretores da empresa vindos dos EUA, porém, os demais trabalhadores e suas famílias, por vezes recorriam ao atendimento médico ou a compra de medicamentos. Contudo, a existência do hospital e da farmácia, custava aos trabalhadores meio dia de trabalho. No armazém, os trabalhadores retiravam os produtos, que eram anotados na caderneta e descontados no salário do mês seguinte; *d) O Cinema da Lumber*, tratava-se de outro mecanismo de cooptação dos trabalhadores, por meio da diversão, distração e emoção que o cinema pode provocar. Para o autor, o cinema “poderia substituir hábitos não adequados aos interesses da companhia, como beber ou brigar e, ao invés disso, entreter os espectadores, inculcando normas de conduta ajustadas aos interesses da *Lumber* (TOMPOROSKI, 2006, p. 84).

Outro mecanismo de controle da *Lumber*, este nada sutil, fora o Corpo de Segurança da empresa. Que tinha função primordial ao manter a “ordem”. Teve papel decisivo, na desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo, seja pela atuação, já mencionado, ao expulsar/matar os caboclos posseiros das terras concedidas à exploração madeireira, mas também

por outras atribuições, como “na proteção do patrimônio e das instalações da empresa, na manutenção da disciplina, repressão aos protestos dos operários” (TOMPOROSKI, 2013, p. 179).

Durante os quatro anos da Guerra do Contestado, o corpo de segurança da *Lumber*, também tinha a incumbência de “proteger” a sede da empresa dos ataques dos caboclos, evitando o que aconteceu em Calmon⁸, que fora incendiada e destruída. Contudo, a presença desse regimento permaneceu em Três Barras mesmo após a expulsão dos caboclos das terras e findados os combates da Guerra.

Nota-se que com a chegada da *Lumber* o estágio de tensão e conflito passa a ser constante, isso parece mais evidente, quando se refere ao genocídio da Guerra, porém as relações absolutamente desarmônicas, entre população local (trabalhadores da empresa - caboclos e imigrantes acabocladados) e a *Lumber*, eram constantes e se qualificam enquanto produto da expansão do capital e seus rebatimentos, ao modo de vida e lógica do trabalho imposta pela empresa.

O trabalho abstrato, fundamentado no valor de troca, nas estratégias de controle social, na frequência e gravidade dos acidentes do trabalho, nas longas jornadas, na rotina da fábrica, na disciplina do emprego capitalista, não condiziam com os significados do trabalho estabelecido há gerações, enquanto fonte de realização social, condição de existência, associado a diversão/festa, ajuda mútua etc, essa lógica era inconciliável e “com o trabalho na fábrica, onde o trabalhador não poderia mais determinar seu ritmo de trabalho ou sua função, pois consistiria em apenas às máquinas com as quais trabalharia e, para isso, precisaria estar sóbrio. Na fábrica não haveria diversão, apenas trabalho” (TOMPOROSKI, 2013, p. 151).

Como conclui Tomporoski (2013) a atuação da *Lumber* na região fez com a população sofresse um processo de desagregação do seu modo de vida através da implantação de novas concepções no que se refere à disciplina do trabalho pautada na lógica do capital, que exigia o controle do tempo e do espaço, dentro e fora do ambiente do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço das relações de produção capitalistas, o Contestado é engendrado pelo refazer da Geografia do Trabalho, na ruptura, entre o trabalho como fonte de realização e efetivação do ser social, para o trabalho estranhado, precarizado e degradado. Do trabalho fonte de vida, para o trabalho que fere, mutila e mata. O arranjo espacial foi sendo redesenhado, adquirindo novos contornos, configurações e significados, por meio das mediações alienantes do capital em detrimento às mediações necessárias entre a humanidade e a natureza.

O Contestado, com a territorialização da *Lumber*, passa a ser conformado pela alienação dos meios de produção e pelos objetivos da produção capitalista, que submetem os trabalhadores à desumanização do sóciometabolismo do capital, ao separá-los da terra/floresta, da decisão a respeito do processo de trabalho e do controle sobre as formas de trabalho.

O território que sempre lhe deu abrigo e sobrevivência, onde nasceram e foram enterrados seus ancestrais não lhe pertence mais. A terra para o sertanejo, na representava apenas um valor econômico, mas um valor, acima de tudo sentimental. Era a terra de seus ancestrais, que tem uma memória de luta, de conquista, de muito trabalho investido, de permanência, criando profundos vínculo afetivos com o espaço onde plantaram sementes de fé. (TONON, 2002, p. 86).

O trabalho passa a ter outro sentido, quando a terra/território não pertencem mais aos caboclos. As “novas relações de trabalho objetivavam o lucro em detrimento da manutenção de costumes preexistentes, considerados irracionais ou perigosos. Para alcançar seu propósito, a empresa realizou tentativas de transformação e supressão desses costumes” (TOMPOROSKI, 2013, p. 151).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** – São Paulo: Boitempo, 2005.

BRANDT, Marlon. Memórias e oralidade no acesso e uso da terra em comum no Planalto de Santa Catarina. **In: Anais...IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Memórias e Identidades**, Florianópolis, 2007.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. Costumes e usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 13, p. 193-208, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*.** 2ª. Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FAFIUV. FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA. **Dídio Augusto In Memoriam.** Coleção Vale do Iguaçu n. 67. União da Vitória: FAFIUV, 1994.

FRAGA, Nilson Cesar **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil.** (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant’Anna. – 29ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social:** a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **“O Pessoal da Lumber”!** Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929. (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos:** *A Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). **Revista Tamoios** (Impresso), v. I, p. 33-51, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI:** Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos. (Tese de Livre Docência em Geografia do Trabalho). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

TONON, Eloy. **Ecos do Contestado:** Rebelia Sertaneja. Palmas: Kayganguê, 2002.

¹ Esse artigo é resultado do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Monocultivo de pinus: degradação da natureza e do trabalho no território Contestado”.

² Professora Assistente do curso de Geografia da UNESPAR *Campus* União da Vitória e doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT Presidente Prudente/SP. Email daianegemelli@yao.com.br

³ Tomporoski (2013), destaca também a devoção e o fandango a São Gonçalo. A realização da dança ou fandango de São Gonçalo “estava relacionada às promessas feitas para diversos fins, inclusive para o bom desenvolvimento dos trabalhos na agricultura, por exemplo, para que não chovesse em períodos próximos a colheita dos grãos. Normalmente o indivíduo que evocava a promessa fazia ‘para que o tempo melhorasse’ e permitisse a realização do pixirum. À noite, durante o fandango, era erigido um altar em homenagem ao santo, e, mesmo que o sertanejo não possuísse sua imagem, um vaso de flores era colocado em lugar de destaque. Na primeira dança, os integrantes do baile iam até o altar e beijavam a imagem ou o vaso de flores, sem dar as costas para o altar, primeiro o dono da casa, depois os demais, em algumas ocasiões um após o outro ou em fila” (OLIVEIRA; LARA, 2004 *apud* TOMPOROSKI, 2013, p. 84).

⁴ O mato-virgem onde costuma crescer a erva-mate denomina-se caíva, vocábulo de origem Tupi-guarani que literalmente significa “mato ruim”. Suas terras, arenosas e frias, são consideradas de inferior qualidade para a abertura de roças. Entretanto, onde quer a araucária apareça portentosa, misturada a outras essências tão fortes e altas quanto ela, a camada de húmus, escura e granulosa, alcança até um metro e mais de espessura: é um solo fertilíssimo (QUEIROZ, 1966, p. 09).

⁵ Existe uma série de denominações regionais à essa prática coletiva de trabalho.

⁶ Ao serviço das matas estavam vinculadas distintas atividades relacionadas à extração da madeira em meio à floresta, bem como ao seu transporte desde os locais de corte das árvores até a serraria da companhia, no centro da vila de Três Barras. Esta seção também agregava o serviço de ampliação dos ramais ferroviários em direção às áreas de

extração mais remotas. Essa operação era denominada *avançamento dos trilhos*. A existência de grupos de trabalho permanentes que atuavam ininterruptamente na manutenção e ampliação da rede de ramais ferroviários da *Lumber* era uma necessidade intrínseca ao processo de extração (TOMPOROSKI, 2013, p. 104).

⁷ O trabalho de avançamento dos trilhos era desenvolvido por trabalhadores contratados por *turmeiros*, sob o regime de empreitada. A maioria desses trabalhadores vivia nos acampamentos organizados pela companhia em meio à floresta.¹⁷⁶ O objetivo era manter as turmas de trabalhadores mais próximas aos seus locais de trabalho no interior da mata, dinamizando o processo produtivo (TOMPOROSKI, 2013, p. 104).

⁸ Município catarinense que também contava com instalações da *Lumber*. Em 5 de setembro de 1914, a serraria foi atacada e destruída pelos caboclos. Queiróz (1966, p. 190-191) diz que “só foram poupadas as mulheres e as crianças. Incendiaram a serraria da *Lumber*, os depósitos de madeira e demais casas da companhia norte-americana, bem como, a estação ferroviária”.